



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA

Praça Dom Felipe de Nadal, nº 299 - Centro
Porto Lucena-RS- CEP 98980-000 – Fone: (55) 2120-1400
www.portolucena.rs.gov.br - Email: prefeitura@portolucena.rs.gov.br

DECRETO Nº 039/2026

DE 28 DE JULHO DE 2026.

Declara Situação de Emergência em toda a área do Município afetada por Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, conforme legislação aplicada ao tema.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO LUCENA/RS, IURY SOMMER ZABOLOTSKY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Federal nº 12.608, de 13 de abril de 2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC), pela Lei Complementar Estadual nº 16.263, de 27 de dezembro de 2024 (que institui o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SIEPDEC no Rio Grande do Sul), pelo Decreto Estadual nº 58.486, de 27 de novembro de 2025 (que regulamenta o SIEPDEC e os procedimentos para reconhecimento de situações de emergência no âmbito estadual), e pela lei federal que disciplina a declaração de situação de emergência e estado de calamidade pública no âmbito do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), e:

CONSIDERANDO:

- I – O evento fático ocorrido no município de Porto Lucena foi caracterizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil como COBRADE: 1.3.2.1.4 (CHUVAS INTENSAS); 1.2.2.0.0 (ENXURRADAS); 1.2.1.0.0 (INUNDAÇÕES) que acometeu o município no dia 21 de Julho de 2026 de às 12 horas e 00 minutos;
- II - O Laudo Técnico da Emater/RS-Ascar que quantifica perdas na produção primária de R\$ 137.200,00, afetando produtores familiares (com ênfase em minifúndios e pequenas propriedades), culturas como trigo (05%), Canola (04%), Aveia (05%), pastagens (05%) e piscicultura, frente aos efeitos do evento adverso súbito ocorrido;
- III - O Laudo da Assistência Social que destaca que 100 % da área do município, abrangendo 4.360 habitantes, está afetada diretamente pelo evento adverso súbito ou indiretamente por problemas de locomoção em estradas danificadas, impactando a qualidade de vida, com 20 famílias (80 pessoas) em vulnerabilidade social, prejuízos econômicos públicos e privados, e necessidade imediata de distribuição de cestas básicas à comunidade;

“Doe órgãos, doe sangue: salve vidas”

PREFEITURA MUN. DE PORTO LUCENA - RS
FIXADO NO MURAL DE
28/07/26
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA

Praça Dom Felipe de Nadal, nº 299 - Centro
Porto Lucena-RS- CEP 98980-000 – Fone: (55) 2120-1400
www.portolucena.rs.gov.br - Email: prefeitura@portolucena.rs.gov.br

IV - O Laudo da Secretaria Municipal de Saúde que comprova aumento na demanda de atendimentos e em consumo de medicamentos na unidade de saúde;

V - O Laudo da Secretaria Municipal de Educação que registra suspensão de aulas nas escolas, afetando 230 estudantes, com reduções de carga horária, remanejamentos e ensino remoto inviável em áreas rurais sem conectividade, comprometendo o calendário letivo e o bem-estar psicossocial de alunos, professores e servidores;

VI - O Laudo Técnico de Incapacidade Administrativa e Financeira que demonstra o esgotamento de recursos humanos, materiais e logísticos do município, com indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF- LC nº 101/2000) no limite (47,89% de despesa com pessoal; 13,15% de dívida consolidada), e histórico de desastres nos últimos 3 anos sem capacidade de recuperação autônoma;

VII - O Relatório de Prejuízos Públicos que quantifica custos emergenciais de R\$ 705.400,00 arcados através de receitas municipais para serviços essenciais, exacerbando o desequilíbrio fiscal;

VIII - o Relatório de Mídias que comprova a repercussão pública da crise, com matérias em veículos locais reforçando o caráter notório do evento;

IX - O Município disponibilizou todo o aparato existente para minimizar os efeitos do evento, bem como assistência aos afetados, conforme relatórios anexos, mas a magnitude do evento superou a capacidade local de resposta;

X - Em consequência, resultaram os danos e prejuízos descritos no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e nos relatórios, levantamentos e laudos que o subsidiaram, configurando "dano humano" e prejuízos socioeconômicos irrefutáveis (art. 3º, inciso II, Lei nº 12.608/2012);

XI - O Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando que a ocorrência desse evento adverso súbito é favorável à declaração de situação de anormalidade, atribuindo intensidade Nível II (Situação de Emergência), nos termos do Decreto Estadual nº 58.486/2025 e da Portaria MDR nº 260/2022;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência em toda a área do município contida no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, Enxurradas – COBRADE 1.2.2.0.0 e Inundações – COBRADE 1.2.1.0.0, conforme legislação aplicada (Lei nº 12.608/2012, Lei Complementar Estadual nº 16.263/2024 e Decreto Estadual nº 58.486/2025).

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução, inclusive com realocação de recursos orçamentários conforme LRF (LC nº 101/2000, art. 167).

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade,

“Doe órgãos, doe sangue: salve vidas”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO LUCENA

Praça Dom Felipe de Nadal, nº 299 - Centro
Porto Lucena-RS- CEP 98980-000 – Fone: (55) 2120-1400
www.portolucena.rs.gov.br - Email: prefeitura@portolucena.rs.gov.br

com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, nos termos do Decreto Estadual nº 58.486/2025.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

- I – Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
- II – Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

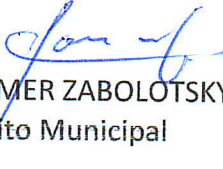
Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população, nos termos da Lei nº 12.608/2012 (art. 22).

Art. 5º. Em caso de utilidade pública, autoriza-se o início de processos de desapropriação, conforme legislação federal aplicável ao tema (Decreto-Lei nº 3.365/1941), com a observância de suas condições e consequências, e compatibilização com o Decreto Estadual nº 58.486/2025 para ações de defesa civil.

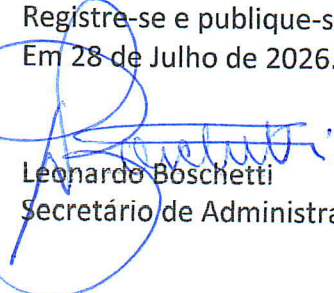
Art. 6º. Com fundamento na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), sem prejuízo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), ficam dispensadas de licitações as aquisições dos bens necessários ao atendimento da situação de emergência e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedada a recontração de empresas e a prorrogação dos contratos, observadas as normas do Decreto Estadual nº 58.486/2025 para prestação de contas.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará por cento e oitenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da Lei nº 12.608/2012 (art. 2º, § 3º) e da Lei Complementar Estadual nº 16.263/2024.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Porto Lucena – RS, 28 de Julho de 2026.


IURY SOMMER ZABOLOTSKY
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se
Em 28 de Julho de 2026.


Leonardo Boschetti
Secretário de Administração e Fazenda.

PREFEITURA MUN. DE PORTO LUCENA - RS
FIXADO NO MURAL DE

28, 07, 26

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL